



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião Extraordinária Deliberativa do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar da 2ª Sessão Legislativa Ordinária, destinada à apreciação do parecer preliminar referente à Representação nº 2, de 2024, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Fernanda Melchionna, do PSOL do Rio Grande do Sul. Relator: Deputado Julio Arcoverde.

Ata.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura de atas.

Em votação a ata da 9ª Reunião deste Conselho realizada em dia 12 de junho de 2024.

Os Deputados que aprovam a referida a ata permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada a ata da 9ª Reunião do Conselho de Ética realizada em 12 de junho de 2024.

Expediente.

Em relação ao processo referente à representação em desfavor do Deputado Chiquinho Brazão, comunico que a Relatora, a Deputada Jack Rocha, protocolou, em 13 de junho, seu plano de trabalho, o qual foi enviado na mesma data ao representado e aos seus advogados e disponibilizado no sistema de tramitação desta Casa.

Ordem do Dia.

Apreciação de parecer preliminar.

Item 1. Continuação da discussão e votação do parecer preliminar do Deputado Julio Arcoverde, Relator do processo referente à Representação nº 2, de 2024, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Fernanda Melchionna. A Deputada Fernanda Melchionna apresentou defesa prévia em 9 de maio de 2024.



Convido o Relator, o Deputado Julio Arcoverde, para compor a Mesa.

Registro a presença da Deputada Fernanda Melchionna.

Na reunião do Conselho de Ética realizada em 28 de maio, O Deputado Julio Arcoverde, Relator, fez a leitura do seu parecer preliminar (relatório e voto) no qual recomendou o arquivamento da representação. A Deputada Fernanda Melchionna procedeu à sua defesa. Foi iniciada a discussão da matéria. O Deputado Domingos Sávio solicitou vista do processo.

Vencido o prazo de vista, darei continuidade à discussão do parecer preliminar, podendo cada membro usar a palavra por até 10 minutos, improrrogáveis, e os não membros por até 5 minutos, improrrogáveis.

Será concedido o prazo para comunicações de Liderança, conforme art. 66, § 1º do Regimento Interno desta Casa.

Os Vice-Líderes poderão usar a palavra pela Liderança mediante delegação escrita pelo Líder.

Encerrada a discussão da matéria, poderão usar a palavra, por até 10 minutos, o Relator e, por último, o representado.

Após as falas, darei início à votação nominal do parecer preliminar do Relator.

Como não há nenhum orador escrito para discutir a matéria, passamos a palavra ao Relator, se assim o desejar, pelo tempo de 10 minutos.

O SR. JULIO ARCOVERDE (Bloco/PP - PI) - Bom dia a todos. Bom dia, Presidente.

Quero só dizer que não tenho nada a acrescentar ao relatório apresentado na última sessão.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Está encerrada a discussão.

Indago a Deputada Fernanda Melchionna se deseja fazer uso da palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Presidente, por nós, pode abrir a votação. Sei que o nosso Relator está na CMO, nós, em outras



Comissões. Durante a votação, é claro, eu gostaria de me manifestar contra essa perseguição, mas V.Exa. pode abrir a votação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Processo de votação.

Neste momento, declaro o início da votação nominal do parecer preliminar do Deputado Julio Arcoverde, aprovado se obtiver maioria simples, presente a maioria absoluta dos membros do Conselho.

Os Deputados que registraram presença neste plenário poderão votar pelo aplicativo Infoleg.

Quem concordar com parecer preliminar do Relator, pelo arquivamento da Representação nº 2, de 2024, deve votar "sim"; quem discordar do parecer do Relator deve votar "não".

Está aberto o painel para a votação nominal do parecer preliminar do Deputado Julio Arcoverde.

Tem a palavra a Deputada Fernanda Melchionna.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Presidente, quero lhe agradecer a disposição da palavra.

Cumprimento o Deputado Julio Arcoverde por seu relatório. De fato, sabemos que não é a primeira tentativa de perseguição, de cerceamento das liberdades democráticas que vemos aqui na Câmara dos Deputados.

Evidentemente, como eu disse na semana passada, eu tenho a convicção de que todos nós gostaríamos de debater outros temas, tanto na Câmara quanto fora dela. Há várias Comissões acontecendo ao mesmo tempo, há projetos muito ruins tramitando na Comissão de Constituição e Justiça, há Frentes Parlamentares sendo instaladas. Enfim, há várias iniciativas políticas.

De novo nós estamos no Conselho de Ética. Obviamente, eu fiquei muito indignada com essa representação, porque é parte da tentativa da extrema direita de criminalizar aqueles que não têm medo, que têm coragem de fazer o



enfrentamento. Na ocasião, Presidente, nós estávamos discutindo um projeto escandaloso, que tenta tipificar movimentos sociais como organizações terroristas, com pretensão argumentando de resolver o problema de segurança pública. Sabemos que não é, é uma tentativa de cercear movimentos sociais populares.

Eu fui atacada e, obviamente, não me intimidei perante o ataque. Nós achamos que o Brasil merece não só um bom debate, mas uma revolução nas políticas de segurança pública. Somos um dos países que têm uma taxa de homicídios mais alta que países em guerra civil. Mais de 40 mil brasileiros foram assassinados no ano passado, sem contar os crimes contra a vida, como casos de estupro, que totalizaram, só nas estatísticas oficiais, 80 mil casos. Foram mais de 80 mil casos, em 2022, e a maioria deles perpetrado contra meninas e mulheres.

Então, é óbvio que uma política de segurança pública precisa ser discutida para garantir a resolução de crimes contra a vida e não só buscar políticas públicas que garantam a prática de identificar esses agressores. Crimes contra a vida em geral são cometidos por pessoas que reiteradamente atacam meninas, crianças, adolescentes.

Por óbvio, nós vemos a Câmara indo pelo caminho contrário, seja nesse projeto estapafúrdio que foi aprovado na Comissão de Segurança Pública — eu reitero a minha crítica ao projeto, à demagogia da extrema direita e à tentativa de criminalizar movimentos sociais populares —, seja na própria pauta da Câmara dos Deputados, com a aprovação relâmpago da urgência do PL da gravidez infantil, que criminaliza as vítimas do estupro e não enfrenta a política para acabar com os estupros.

Temos que acabar com isso, temos que proteger as meninas, proteger as mulheres.

Eu estou grávida de uma menina e fico pensando em que o mundo, em que Brasil essa menina vai nascer.

Deputada Sâmia, eu vi numa estatística em relação a casos de estupro que cerca de 4 mil casos são perpetrados contra meninas de até 4 anos de idade —



isso é estupro e pedofilia — e 60% dos casos são perpetrados contra meninas e adolescentes, que são o alvo da perseguição desse projeto escandaloso, votado de forma relâmpago, ao qual o movimento de mulheres corretamente respondeu — ainda bem —, mostrando qual é a forma de se enfrentarem as narrativas mentirosas, ocupando as ruas e emparedando e provocando um recuo como o que nós vimos ontem. Mas esse recuo é ainda insuficiente, porque esse projeto pode ficar em qualquer gaveta e, daqui a pouco, ser apresentado de novo na tentativa de criminalizar mulheres e meninas. Então, é preciso seguir a luta.

Em Porto Alegre, nós temos mobilização na quinta-feira. Hoje em Brasília temos mobilização. Em São Paulo, eu tive a oportunidade de marchar ao lado da minha colega a Deputada Sâmia Bomfim, junto com mais de 10 mil mulheres, enfrentando esse projeto antimulheres e antimeninas.

Eu concluo agradecendo o relatório, esperando que ele seja aprovado por unanimidade. Eu tenho a convicção de que a maior parte, senão a unanimidade, vai votar pelo arquivamento de mais uma representação estapafúrdia na tentativa de cercear a nossa crítica, a nossa fala, a forma contundente e verdadeira e franca com que fazemos a polêmica na Câmara dos Deputados.

Eles não nos intimidam. Como eu digo sempre, nós somos que nem massa de pão: quanto mais batem, mais crescemos, mais enfrentamos, mais coragem temos. Então, seguiremos essa luta.

Uma boa tarde a todos e todas.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Peço a palavra para falar pela Liderança, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Tem a palavra o Deputado Coronel Meira.

O SR. CORONEL MEIRA (PL - PE) - Bom dia, Srs. Deputados e Sras. Deputadas aqui presentes.

Alguns Parlamentares desta Casa — isso está bem claro para todos os 513 Deputados Federais — questionam até hoje a existência desta Comissão de Ética,



que vive, hoje, com uma grande interrogação sobre o seu papel em defesa dos verdadeiros Parlamentares.

O seu papel, verdadeiramente, é a defesa de uma convivência harmônica dos Deputados, independentemente de cor partidária. Quem tem que se preocupar com a cor partidária são os nossos eleitores, que lá nos nossos Estados votam exatamente com as nossas bandeiras.

Então, o Coronel Meira tem uma posição, em Pernambuco, a vida toda. Tenho 66 anos, 31 anos na segurança pública, arriscando a minha vida e a dos meus subordinados, combatendo o crime organizado, combatendo, enfim, todos os desmandos que acontecem.

Nós vimos para esta Casa representando esse segmento; outros vêm representando os seus segmentos. Nós temos que nos respeitar. Tem que haver a boa convivência.

Aí vem a Resolução nº 32, de 2024, aprovada semana passada, que trata exatamente do descontrole dos Parlamentares. Isso é ruim. Eu estou fazendo esta minha fala em apoio à Comissão de Ética. Esta Comissão é muito importante. Agora, ela tem que verdadeiramente se posicionar em determinados momentos ou prescrever alguns medicamentos. Ela pode até orientar alguns Deputados Federais a procurarem psicólogos e psiquiatras.

Eu até entendo que isto aqui é um mundo. Eu, como Deputado de primeiro mandato, digo sempre lá no meu Pernambuco, depois de 1 ano e meio nesta Casa, que Brasília é uma bolha, uma grande bolha, e a Câmara Federal e o Senado Federal são um grande teatro. Cada um de nós que vem para cá escolhe o papel que quer fazer neste teatro. Cada um escolhe se quer trabalhar, se quer defender suas bandeiras, se não quer fazer nada, se só quer lacrar, se não quer entrar em nenhuma Comissão, se quer fazer alguma fala em Plenário... Cada um escolhe exatamente o seu papel.

Eu quero dizer que esta Comissão de Ética tem um papel importantíssimo, porque o que vale é a democracia. Apesar de aos 12 anos de idade já usar um



coturno, ter uma formação 100% militar, eu sou contra ditadura de qualquer lado. Sou contra ditadura de qualquer lado. O povo brasileiro tem que decidir no voto. E é isto que temos que valorizar como Parlamentares nesta Casa: o voto que recebemos dos nossos eleitores. Nós temos que respeitar sua excelência o voto.

Eu quero dizer à Comissão de Ética que é muito ruim eu ter sido xingado, ter sido chamado de bandido por essa Deputada que está aqui hoje, a Deputada Fernanda Melchionna. Se houver um pedido de desculpas, eu posso até relevar...

Agora, Deputada, eu nunca chamei ninguém de bandido. Quando eu sei que alguém é bandido, eu passo a algema nele — eu passo a algema. Eu não ando com bandido, nem admito isso. Então, está gravado a senhora me chamando de bandido em plenário, quando não houve nenhum desrespeito. Vamos debater, vamos ter os nossos lados, as nossas bandeiras, mas dentro de uma civilidade, dentro de um respeito à mulher e ao homem que, eleitos, estão aqui. Não vamos partir para agressões.

Sou um pai de família. Tenho meus filhos, tenho minha mulher, tenho minha mãe, que está viva com 95 anos. E é muito ruim quando tentam desmoralizar... E eu lhe digo, Deputada, não fui mais ríspido com a senhora em respeito ao fato de a senhora ser mulher. Eu tenho filha, tenho mãe, tenho esposa, que amo. Se isso tivesse sido dito por um Deputado, eu tinha resolvido na hora, como resolvi a vida toda. Não admito levar insulto para casa! Não admito ser desrespeitado! Eu não admito isso! Eu morro na tua! Agora, não tire onda comigo não, nem venha me chamar de marginal nem de bandido, porque marginal e bandido é quem assim o faz!

Era essa a minha fala. Esta Comissão de Ética tem que se posicionar, senão, daqui a pouco, como os policiais legislativos não podem mais atuar, a Câmara vai ser um ringue. Segundo a Resolução 32, se eu tiver um problema com o meu amigo e irmão o Deputado Julio Arcoverde, eu vou com ele no braço na hora. Se ele estiver mais preparado, ele ganha. Se ele não estiver e der uma bobezinha, o velho aqui o bota no chão! Isso é um absurdo! Isso não pode acontecer. Vamos



chegar aonde?! Querem voltar ao tempo em que um Parlamentar puxou uma arma, atirou e matou um Deputado Federal nesta Casa? Estou dizendo alguma mentira? Estou dizendo alguma mentira?

No Senado, na Câmara, tudo aqui é a mesma coisa, está certo?

A minha fala é esta, convocando os Srs. Parlamentares. Vamos respeitar. Se existe alguma divergência, converse, coloque no papel, converse com o Presidente da Casa, converse aqui na Comissão de Ética.

Agora, isso é muito ruim para nós, no Brasil, porque o eleitor que está lá na ponta fica dizendo o quê? Qual é a opinião dele? Nós temos que vir aqui é para trabalhar, é para defender o povo brasileiro, é para que cheguem na ponta saúde, educação, segurança pública e infraestrutura.

E esta Casa depende... Tudo que acontece de bom para o povo brasileiro no Brasil passa por nós Deputados Federais. E nós temos que fazer esse papel com muita clareza. Sim, temos que nos debruçar exatamente para que esta Casa cresça em termos de aprovação, o que é bom para todos nós, é bom para todos os Parlamentares.

Deixo aqui exatamente esta fala de repúdio a algumas atitudes de alguns Deputados e Deputadas que não respeitam a pessoa. Isso é muito ruim. Tem que se respeitar aquela pessoa que está eleita, defendendo o seu Estado e as suas bandeiras.

O meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço, Deputado.

Em razão de designação como Líder, concedo a palavra à Deputada Fernanda Melchionna, por 3 minutos.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (Bloco/PSOL - RS) - Obrigada, Deputado Leur.

Primeiro, eu não entendi se o Deputado Coronel Meira veio aqui me ameaçar.



Se veio, eu vou dizer uma coisa bem séria para ti: eu dou um boi para não entrar numa briga, mas dou uma boiada para não sair. Então, ameaça aqui não cola.

Em segundo lugar, eu acho que é algo muito grave, de fato. Algumas pessoas precisam de tratamento de saúde mental, enfim, e esse é um tema grave na atualidade, por várias razões. Mas é um delírio, às vezes, o que nós ouvimos.

No Conselho de Ética — basta ver os vídeos —, eu chamei de bandidos os filhos do Bolsonaro, porque eu conheço os processos que tramitam contra eles em relação à rachadinha, em relação a ameaças às liberdades democráticas, AI-5, etc.

Esse cidadão, fora do microfone — esse que vociferou aqui, berrou, como se medo de grito eu tivesse (*risos*); bom, enfim, nem vou dar bola —, disse que nós ganhávamos dinheiro do crime. E eu não representei contra ele no Conselho de Ética, embora seja uma acusação gravíssima, uma calúnia, uma difamação, o que poderia render inclusive alguns milhares de reais dele para nós, porque eu não tenho nenhuma relação com o crime.

Aliás, eu enfrento o crime organizado, em todas as suas maneiras, nas milícias, que assassinaram a nossa companheira Marielle Franco, no narcotráfico — e, por isso, enfrento a PEC 45, a tentativa de se criminalizar o usuário. Nós estamos aqui discutindo como enfrentar o crime mais odioso que uma mulher pode sofrer, que é o crime de estupro, enquanto há gente que está querendo criminalizar a vítima, aumentando o dobro da pena da vítima de estupro nos casos de aborto legal, que demora a ser acessado justamente pela morosidade do Estado.

Nós estamos aqui fazendo um debate sério e de uma forma muito tranquila, Presidente Leur.

Acho que o relatório do Deputado Julio Arcoverde, evidentemente, é um relatório que merece e precisa ser aprovado. Agora, eu não vou, primeiro, aceitar



acusações mentirosas e levianas; segundo, não vou pedir desculpas por algo que não fiz.

Se eu tivesse chamado o Deputado Coronel Meira de bandido, reafirmaria, se assim o achasse. E não o fiz. Chamei de bandidos os filhos do Bolsonaro, e reafirmo. Está nas notas taquigráficas isso aí. Basta olhar.

Agora, vir aqui me ameaçar depois de ter me atacado lá no Conselho...

E eu não entrei com representação no Conselho de Ética, porque eu tenho coisa mais importante para fazer, Deputado Coronel Meira. Foi uma acusação grave, que está gravada, insinuando que nós ganhávamos dinheiro do crime. Mas eu tenho mais o que fazer — muito mais o que fazer. Agora, vir aqui e ser desrespeitada? Espero que não seja uma ameaça do Deputado. E, segundo, achar que vai ganhar no grito? Comigo não! Comigo não!

Aliás, no Conselho de Ética passado, fizemos o debate do Deputado Glauber. Nós não somos a favor da provocação, Deputado Leur. Mas eu reafirmo as falas do Brizola na época da legalidade, quando o Rio Grande do Sul se insurgiu dizendo para o povo gaúcho... Três anos antes da ditadura civil-militar, o Brizola cumpriu um papel fundamental. E fazendo uma analogia, muito rápida, à fala dele, ele alertava o Governo Federal e a tentativa dos golpistas, quando organizou o povo gaúcho, enfrentou a tentativa de golpe, dizendo que o primeiro tiro jamais viria do Rio Grande do Sul, mas que o segundo, o terceiro e o quarto viriam.

O que eu quero dizer com isso é que nós não provocamos as pessoas; não vamos a lugar para fazer provocação e acusação leviana. Vamos fazer acusações políticas de forma clara e transparente, mas nós não levamos desaforo para casa. E nós não vamos aceitar tentativa de ameaça, nem grito. Nem grito, Coronel Meira. Eu te digo, assim, numa boa: não acha que comigo vai ganhar no grito. Gritar eu sei bem. Não é o que eu vou fazer, porque eu tenho mais do que fazer, sinceramente, como arquivar esse processo ridículo e seguir a luta política contra a extrema-direita.



O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço.

Eu vou encerrar a votação.

Já passou o prazo de discussão. Peço a V.Exa., Deputado Chico, que seja breve.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - São apenas 3 minutinhos.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Pois não.

O SR. CHICO ALENCAR (Bloco/PSOL - RJ) - Primeiro, eu tenho orgulho de pertencer ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Nós estamos aqui com mandatos. Isso é muito importante para garantir a autonomia do Conselho. E ele tem que ser um ponto de equilíbrio. A disputa política comporta exaltação, comporta argumentos fervorosos, e para ela existir é essencial a divergência de opiniões. Agora, a ofensa, o desforço físico, o me espera lá fora, o resolvo no braço, isso está completamente errado. E o papel do Conselho é botar água nessa fervura sem elidir a divergência e as disputas políticas absolutamente necessárias.

Tem gente vinculada ao banditismo na vida política brasileira? Tem. Agora, para cada caso concreto, temos que apontar e ir para o Ministério Público, para a Defensoria Pública.

Eu sou do Estado do Rio de Janeiro, que tem nada menos do que um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, era Deputado Estadual, que foi eleito por 60 dos 70 Deputados estaduais para essa função. Só a bancada pequeníssima do PSOL não entrou nessa, porque já sabia de quem se tratava. Tem um conselheiro do Tribunal de Contas do Estado réu por homicídio, planejamento de um homicídio, como mandante de um homicídio. Tem um Deputado Federal aqui desta Casa — e o Conselho fez muito bem de aprovar uma representação contra ele, dar continuidade, vamos cumpri-la — que está nessa condição.

Portanto, o banditismo está na política brasileira. Há uma gangsterização da política. Agora, evidentemente, temos que delinear bem quem é quem e colocar a



disputa no plano das propostas, das ideias, dos programas, e não da disputa pessoal, da vindita, do desforço, da queda de braço.

O papel do Conselho é este: é termômetro, é equilíbrio. E acho que agora nós estamos até mais empoderados. O Presidente Arthur Lira queria ficar com muito poder para ele, quase que autocrático.

Felizmente, por esforço nosso, com muita luta, nós conseguimos uma nova configuração, e o Conselho ganha mais importância ainda.

Parabenizo o Deputado Julio Arcoverde pelo seu relatório sensato, equilibrado, justo. Creio que ele deve ser aprovado.

A cada caso que examinamos aqui temos que aprender uma lição. Tanto quem vota quanto quem representou e quanto quem é representado sempre é um elemento de acréscimo na nossa vida e na nossa luta política. Temos que ter aguerrimento, sim. Temos que ter fervor, sim, senão fica uma coisa água com açúcar e acaba virando um Parlamento carimbador do Executivo. Nós não somos isso. Queremos, governistas ou oposicionistas, que a política cresça no Brasil e com ela os valores republicanos.

Acho que vamos fazer essa manifestação agora e nas outras representações que virão.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao Deputado Chico Alencar.

Deputado Jorge Solla, peço a V.Exa. que seja breve para que possamos encerrar a votação.

Tem V.Exa. a palavra.

O SR. JORGE SOLLÁ (Bloco/PT - BA) - Serei breve, até porque o Deputado Chico Alencar...

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Já falou tudo o que V.Exa. iria falar. (*Risos.*)



O SR. JORGE SOLLA (Bloco/PT - BA) - Sim, grande parte. Vou complementar o final da fala dele.

Presidente, na reunião passada eu me posicionei contrariamente à proposta que iria ser aprovada. Eu manifestei que a proposta esvaziava o Conselho de Ética, retirava os poderes do Conselho de Ética, que é quem tem o papel de se debruçar sobre essas questões, e delegava a presidência à Mesa da Câmara.

Eu quero parabenizar todas as movimentações que fizeram com que a proposta fosse aperfeiçoada. Concordo com o Deputado Chico Alencar. Ao contrário do que era a proposta inicial, o Conselho saiu fortalecido, saiu com mais, digamos assim, autoridade para enfrentar as dificuldades, e obviamente o problema persiste.

Eu acredito que os Parlamentares vão reduzir os seus arroubos nos enfrentamentos no cotidiano na Câmara. Assim, obviamente, o trabalho do Conselho saiu fortalecido.

Eu quero aproveitar para manifestar a nossa satisfação com a proposta aprovada, que cumpre esse papel.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Leur Lomanto Júnior. Bloco/UNIÃO - BA) - Agradeço ao querido amigo Deputado Jorge Solla.

Está encerrada a votação.

Concluído o processo de votação, na qualidade de Presidente do Conselho de Ética, proclamo o resultado da votação: "sim", 14 votos favoráveis ao parecer preliminar do Relator; "não", 4 votos contrários ao parecer preliminar do Relator; nenhuma abstenção.

Declaro aprovado o parecer preliminar do Relator, o Deputado Julio Arcoverde, pelo arquivamento da Representação nº 2, de 2024, do Partido Liberal, em desfavor da Deputada Fernanda Melchionna. (*Palmas.*)

Conforme o art. 14, § 4º, inciso III, do Código de Ética, o pronunciamento do Conselho de Ética pela inépcia ou falta de justa causa da representação, admitido



apenas na hipótese de representação de autoria de partido político, nos termos do § 3º do art. 9º, será terminativo, salvo se houver recurso ao Plenário da Casa, subscrito por um décimo de seus membros, observado, no que couber, o art. 58 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Comunico à Sra. Deputada Fernanda Melchionna a decisão do Conselho.

Ata desta reunião.

Em conformidade com o art. 5º, parágrafo único, do Ato da Mesa nº 123, de 2020, que regulamenta a Resolução nº 14, de 2020, está dispensada a leitura da ata.

Em votação a ata da 10ª Reunião deste Conselho, realizada na data de 19 de junho de 2024.

Os Deputados que aprovam a referida ata permaneçam como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada a ata da 10ª Reunião do Conselho de Ética, realizada no dia 19 de junho.

Agradeço a presença aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes.

Como não há nenhum outro item na pauta, está encerrada a presente reunião.